

VISÃO GERAL

Constituída em 2006, a Renova Energia atua no setor elétrico brasileiro desde 2000 através de sua controlada Enerbras Centrais Elétricas S.A., tendo como foco o desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, tais como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e parques eólicos. Ao longo de seus nove anos de atuação, a Renova construiu um portfólio que inclui três PCHs em operação (com capacidade instalada total de 41,8 MW e uma carteira de projetos em desenvolvimento com mais de 1,8 GW em PCHs e cerca de 2,3 GW em parques eólicos nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Goiás, Tocantins e Paraná.

A Renova Energia possui uma sólida equipe de desenvolvimento, formada por engenheiros, geólogos, técnicos em meio ambiente, e especialistas em energia eólica e regulação altamente qualificados. Atualmente nosso corpo técnico conta com profissionais com mais de 30 anos de experiência no setor de energia elétrica, provenientes de órgãos ambientais, grandes empresas de energia e empresas de engenharia focadas em energia alternativa.

A Companhia tem uma abordagem diferenciada ao setor de energia alternativa, integrando estrategicamente as atividades de prospecção e desenvolvimento de projetos ao seu modelo de negócios. Ainda, privilegia a escala e a concentração geográfica na concepção dos seus empreendimentos, o que assegura a obtenção de importantes sinergias nas fases de construção e operação de ativos.

Entre os sócios da Renova estão seus fundadores, os Srs. Ricardo Delneri e Renato Amaral, e o Fundo InfraBrasil, administrado de forma independente pelo Banco-Santander. O InfraBrasil tem como quotistas destacados fundos de pensão brasileiros e instituições financeiras, sendo signatário dos Princípios do Equador, que requerem rigorosos padrões na concessão de financiamento para projetos ambientalmente impactantes, o que demonstra o comprometimento da Renova com as melhores práticas de governança corporativa, sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

A Companhia possui registro de Companhia Aberta desde 25 de agosto de 2008, e um estatuto social alinhado com as exigências do Novo Mercado da BMF-BOVESPA, que prevê aos acionistas minoritários direito de *tag along* integral, voto em questões societárias específicas, assim como a manutenção de pelo menos 20% de membros independentes no Conselho de Administração da empresa. A Renova Energia entende que a definição de uma estratégia corporativa para a sustentabilidade e para a integração da mesma nos processos da organização é de extrema relevância para o sucesso de seus negócios. Tal estratégia permite atrair novos investidores cujo portfólio de investimento privilegie empresas que buscam a sustentabilidade e responsabilidade sócio-ambiental, bem como a consolidação da Companhia como referência em geração de energia limpa e sustentabilidade no mercado.

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 2009, passamos por novo processo de reorganização societária, por meio do qual foram realizadas certas alterações na estrutura do nosso grupo. O Fundo InfraBrasil, então detentor da totalidade das Debêntures da Enerbras, conferiu as referidas debêntures em aumento de capital da Hourtin Holdings, sociedade integralmente detida pelo InfraBrasil.

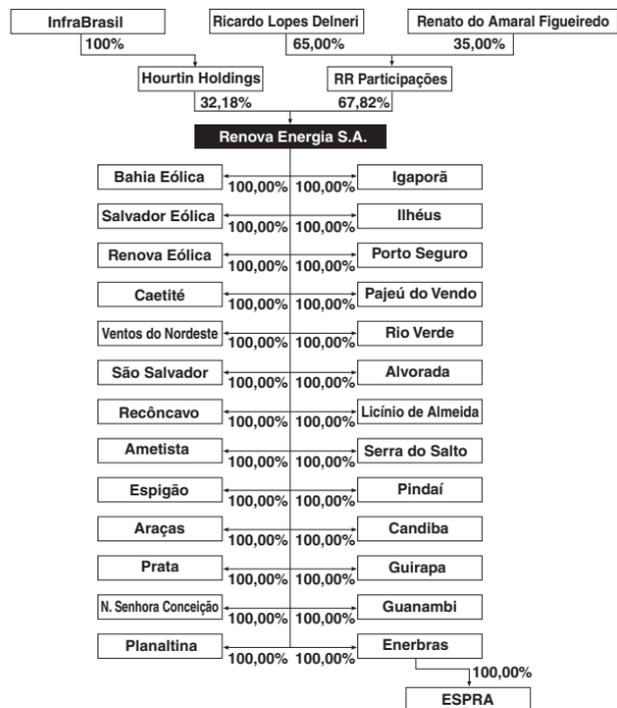
Em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de maio de 2009, foi aprovado aumento de capital social da Companhia em montante equivalente a R\$12.193 mil, mediante a emissão de 284.616 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão total de R\$131.465 mil. Essas novas ações foram totalmente subscritas pela Hourtin Holdings e integralizadas da seguinte forma: (i) parcela de R\$81.465 mil foi integralizada por meio da conferência de debêntures de emissão da Enerbras, conforme laudo preparado especificamente para este fim; e (ii) parcela de R\$ 50.000 mil foi integralizada em dinheiro, nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia na mesma data. Foi apurado um ágio na emissão das novas ações no montante de R\$119.272 mil, que foi registrado na conta de reserva de ágio da Companhia. Dessa forma, a Renova passou a deter a totalidade das Debêntures da Enerbras.

Na mesma Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, foi também aprovada a incorporação da RRI Participações (nossa antiga controladora direta) pela Companhia, também objeto do Fato Relevante divulgado em 29 de maio de 2009. Dessa forma, após o referido aumento de capital e a incorporação da RRI Participações pela Companhia, a Companhia passou a ter como principais acionistas a RR Participações (controlada por Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo), detentora de 67,82% de nosso capital social, e a Hourtin Holdings (controlada pelo InfraBrasil), detentora de 32,18% de nosso capital social.

Ainda em 29 de maio de 2009, a Renova, então detentora da totalidade das Debêntures da Enerbras, capitalizou o crédito referente ao principal e juros da totalidade das Debêntures da Enerbras, com o conseqüente cancelamento das referidas Debêntures.

Em 2009, constituímos as *holdings* Bahia Eólica, Salvador Eólica e Renova Eólica, bem como as SPes Caetité, Ventos do Nordeste, São Salvador, Recôncavo, Ametista, Espigão, Araças, Prata, N. Senhora Conceição, Planaltina, Igaporã, Ilhéus, Porto Seguro, Pajéu do Vendo, Rio Verde, Alvorada, Licínio de Almeida, Serra do Salto, Pindaí, Candiba, Guirapá e Guanambi, exclusivamente com vistas à participação no primeiro leilão de energia de reserva exclusivo para centrais eólicas (Leilão LER 2009).

O organograma a seguir apresenta nossa estrutura societária atual, destacando nossos acionistas com mais de 5% do nosso capital social.



CENÁRIO MACROECONÔMICO BRASILEIRO E O SETOR ELÉTRICO

Os resultados operacionais da Renova Energia poderão ser impactados por mudanças na economia nacional, até mesmo por mudanças nas taxas de juros de curto e longo prazo, políticas governamentais, índices inflacionários e política cambial.

A economia brasileira tem apresentado crescimento significativo nos últimos anos, afetando positivamente o setor elétrico brasileiro. Entre 2006 e 2008, o PIB apresentou crescimento médio anual de 4,9% (4,0% em 2006, 5,7% em 2007 e 5,1% em 2008), o que contribuiu para o aumento da renda per capita e, redução das taxas de desemprego, além do aumento líquido de empregos formais. Apesar da crise econômica mundial, o crescimento do PIB brasileiro alcançou 3,3% no primeiro semestre de 2009, comparado com o primeiro semestre de 2008. De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego diminuiu de 8,4% em dezembro de 2006 para 6,8% em dezembro de 2008 e atingiu 7,4% em novembro de 2009, já demonstrando uma recuperação da economia frente aos efeitos da crise que impactaram os resultados de 2009 em relação à taxa de desocupação que alcançou seu máximo de 2009 em março (9,0%).

Na segunda metade de 2008, os efeitos da crise financeira internacional começaram a ser sentidos pela economia brasileira, com um menor crescimento do PIB, variações cambiais significativas, aumento das taxas de desemprego, diminuição de liquidez e queda nos gastos dos consumidores. Com finalidade de reduzir os impactos dessa crise financeira internacional, o Banco Central adotou medidas por meio de sua política monetária para estimular a economia brasileira, sem, no entanto, comprometer o estrito controle da inflação.

O setor energético deverá continuar em expansão dada a demanda crescente de energia elétrica, impulsionada pelo crescimento econômico do país e pela visão de longo prazo no planejamento da expansão do sistema elétrico nacional, traduzindo-se em um ambiente favorável à Renova Energia. De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME) o consumo de energia elétrica é positivamente correlacionado com o crescimento do PIB e da renda média da população, possuindo elasticidade prevista de 1,1 para os próximos anos (Fonte: PDE).

O Brasil apresenta diversas e abundantes fontes de energia, particularmente de potencial hídrico e eólico. O potencial hidrelétrico ainda não explorado chega a 182 GW, sendo 42,7% localizado na região amazônica e os demais 57,3% estão distribuídos nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país. No que se refere à energia eólica, o potencial brasileiro é de aproximadamente 143 GW, sendo cerca de 70% do mesmo localizado na região nordeste. A tabela a seguir apresenta a matriz de energia elétrica do sistema brasileiro, demonstrando o forte potencial de crescimento das modalidades de geração hídrica e eólica.

	Nº de Usinas	Potência (GW)	Participação (%)
Hidro	796	77,9	69,3
Gás	121	11,8	10,5
Petróleo	784	5,2	4,7
Biomassa	330	5,4	4,8
Nuclear	2	2,0	1,8
Carvão Mineral	8	1,5	1,3
Eólica	33	0,4	0,4
Potência Instalada	2.074	104,3	92,7
Importação ¹		8,2	7,3
Potência Disponível		112,4	100,0

¹ Paraguai Itaipu - 5,65 GW; Argentina - 2,25 GW; Venezuela - 0,2 GW; Uruguai - 0,07GW

ATUAÇÃO NO PRIMEIRO LEILÃO DE ENERGIA DE RESERVA DEDICADO A CENTRAIS EÓLICAS

Em dezembro de 2009, fomos os maiores vendedores no primeiro leilão de energia dedicado exclusivamente para fontes eólicas ("Leilão LER 2009"), tendo comercializado 270 MW de capacidade instalada (127 MW médios), por meio de 14 projetos eólicos, que se encontram em construção no Estado da Bahia.

Esse volume de energia representou 17% de toda a energia comercializada no referido leilão, tendo nos colocado na posição de liderança no País em volume de energia contratada proveniente de projetos eólicos. Nesse leilão, nossos projetos apresentaram o menor custo unitário de implantação, de acordo com dados da CCEE, e um dos maiores Fatores de Capacidade, de acordo com a Portaria nº 16, de 25 de novembro de 2009, do MME. A tabela a seguir detalha os empreendimentos da Companhia vitoriosos no Leilão:

Usina	CGE	Potência (MW)	Município
1	Rio Verde	30	Caetité
2	Pindaí	22,5	Guanambi
3	Licínio de Almeida	22,5	Guanambi
4	Guanambi	16,5	Guanambi
5	Serra do Salto	15	Guanambi
6	Candiba	9	Guanambi
7	Guirapá	27	Guanambi
8	Alvorada	7,5	Caetité
9	Igaporã	30	Igaporã
10	Ilhéus	10,5	Igaporã
11	N.S. Conceição	24	Igaporã
12	Porto Seguro	6	Igaporã
13	Pajéu do Vento	24	Caetité
14	Planaltina	25,5	Caetité
TOTAL		270	

Nossos 14 parques vencedores firmarão contratos de venda de energia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pelo prazo de 20 anos, e gerarão receita bruta anualizada de R\$162.212 mil*, a partir de 2012, quando devem estar operacionais. Tais contratos possuem reajuste anual pelo IPCA, a partir de janeiro de 2010.

* *Data-base Dezembro de 2009. Informação não auditada pelos auditores independentes*

Comentário de Desempenho

Resultado Econômico Financeiro

Em 2009, as PCHs Cachoeira da Lixa, Colino II e Colino I, da controlada indireta ESPRA completaram seu primeiro ano de operação comercial, em 24 de maio, 17 de julho e 23 de setembro respectivamente, importante marco operacional.

A energia proveniente destas PCHs foi vendida no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica, em contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, pelo qual a ESPRA se compromete a vender toda a sua produção de energia elétrica passível de ser contratada por um prazo de 20 (vinte anos). A receita bruta em 2009 atingiu R\$ 35.0 mil, considerando a correção pelo IGPM desde junho/04.

Receitas

As receitas operacionais líquidas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram de R\$33.753 mil, uma variação positiva de R\$18.386 mil em relação ao mesmo período de 2008, cujo valor foi de R\$15.367 mil. Esta receita é proveniente de nossa controlada Energética Serra da Prata e esta variação ocorreu devido as usinas terem entrado em operação comercial a partir dos meses de maio, junho e setembro 2008, tendo contribuído integralmente para nossos resultados em 2009.

Despesas

As despesas operacionais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram equivalentes a R\$7.521 mil, apresentando uma variação positiva de R\$5.518 mil na comparação com o mesmo período de 2008, cujo resultado foi de R\$13.039 mil. A variação ocorreu em virtude de mudança de método na apropriação dos gastos ocorridos com equipe própria dedicada ao desenvolvimento de novos projetos em 2009, que transferiu R\$3.775 mil para a rubrica Ativo Intangível, bem como redução de R\$1.743 mil de despesas pré operacionais (advogados e serviços de terceiros). Em 2009, nossas principais despesas operacionais foram as seguintes: (i) R\$2.527 mil de gastos com pessoal; (ii) R\$1.529 mil de gastos com aluguéis e arrendamentos; (iii) R\$1.635 mil de gastos com prestadores de serviços; e (iv) R\$1.814 mil de gastos com viagens, publicações e outros. Ademais, tivemos R\$0.016 mil de gastos com tributos em 2009.

Tivemos um resultado financeiro líquido negativo de R\$14.746 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$5.750 mil com relação ao exercício de 2008. Atribui-se essa variação ao cancelamento das debêntures e ao incremento com as receitas financeiras de aplicações financeiras.

Investimentos

Possuímos investimentos na Cia. Enerbras Centrais Elétricas S.A., cuja participação é de 100%. A Enerbras por sua vez, controla diretamente a Energética Serra da Prata S.A. com 99,99%, que possui as PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, integrantes do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata. Investimos ainda no desenvolvimento e ampliação do nosso portfólio de projetos de PCHs e parques eólicos, devidamente registrados na conta de Ativo Intangível.

Nossos ativos totais passaram de R\$247.708 mil, em 31 de dezembro de 2008, para R\$292.733 mil, na mesma data de 2009, demonstrando, portanto, uma variação de 18,2%, reflexo do aumento de capital realizado pelo InfraBrasil.

O saldo do Ativo Intangível passou de R\$18.855 mil, em 31 de dezembro de 2008, para R\$30.060 mil, na mesma data de 2009, demonstrando, portanto, uma variação de 51,28%, que pode ser atribuída principalmente aos investimentos da companhia em novos projetos básicos, inventários, e projetos de centrais eólicas.

Financiamentos e Patrimônio Líquido

Para financiar nossos investimentos, além de nossos próprios recursos, acessamos linhas de crédito de longo prazo disponíveis. Atualmente, contamos com linha de financiamento do FNE, através de contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil em 30 de junho de 2006. O endividamento bruto da empresa, representado pelos empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazo com instituições financeiras, atingiu o valor de R\$143.787 mil em dezembro de 2009, comparado ao saldo de R\$145.233 mil em dezembro de 2008, tendo em vista juros pagos no período e amortizações de principal. Sendo que deste valor total R\$121.133 mil se referem a linha do BNB e R\$22.654 mil se referem a linha de repasse do Internacional Finance Corporation (IFC).

Nosso patrimônio líquido passou de R\$9.017 mil, em 31 de dezembro de 2008, para R\$138.945 mil, na mesma data de 2009, devido principalmente ao aumento no capital social ocorrido em 29 de maio de 2009.

Portfólio de Projetos

Além dos investimentos realizados no Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, no ano de 2009 a Companhia seguiu investindo na prospecção e desenvolvimento de novos potenciais para a construção de PCHs e parques eólicos, tendo incrementado significativamente sua carteira desses projetos. Acreditamos que o mercado de energia apresenta condições favoráveis para o investimento em PCHs e parques eólicos e pretendemos seguir investindo neste segmento.

Sustentabilidade e Meio Ambiente

Compreendendo o seu negócio como a geração de energia com respeito ao meio ambiente, a Renova Energia está empenhada em assegurar a perenidade das suas atividades, possuindo plena consciência do seu papel e da sua responsabilidade sócioambiental o desenvolvimento sustentável, e seus pilares social, ambiental e econômico.

Em 2009 demos continuidade aos programas ambientais e de relacionamento com as comunidades onde atuamos.

Segue abaixo, relação de alguns programas elaborados e implementados:

- Programa Limnológico e de qualidade das águas.
- Análise Preliminar de Risco.
- Programa de Educação Ambiental.
- Programa de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento.
- Programa de Comunicação Social.
- Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna Silvestre na área de influência direta do empreendimento.
- Programa de Monitoramento de Ictiofauna.
- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.
- Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT.
- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO.
- Plano de ação emergencial - PAE da Barragem, em conformidade com as diretrizes e parâmetros estabelecidos no Manual de Segurança e Inspeção de Barragens, do Ministério da Integração Nacional.
- Programa de Capacitação da mão-de-obra local.

O objetivo principal desses programas é atender a legislação ambiental vigente e os anseios da comunidade, com a minimização e compensação dos impactos ambientais, assim como a promoção de atividades que promovam o desenvolvimento humano e social nas comunidades onde atuamos.

Administração

O quadro de colaboradores da Renova Energia encerrou 2009 com 43 empregados, em comparação a 37 empregados em 2008, o que representou um aumento de 17%, fruto do incremento das atividades da empresa no período. Nosso pessoal encontra-se distribuído nos escritórios que possuímos em São Paulo, Salvador, Belo Horizonte e Tocantins.

Auditores Independentes

Nossa política de contratação de nossos auditores independentes para outros serviços que não auditoria levam em consideração as suas normas profissionais de preservação de sua independência. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 a Companhia não contratou quaisquer serviços profissionais de nossos auditores independentes a não ser aqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Considerações Finais

O ano de 2009 foi de grande importância para nossa Companhia. Tivemos a oportunidade de comprovar o êxito da nossa estratégia de crescimento, que tem como um dos pilares o desenvolvimento integrado de novos projetos, ao sagrarmos-nos os maiores vencedores do primeiro leilão exclusivo para fontes eólicas, com a venda da energia proveniente de 14 centrais com 270 MW de potência total instalada, o que posiciona a Renova como empresa líder desta fonte em energia contratada.

Agradecemos a dedicação dos nossos colaboradores, sem os quais não seria possível alcançar esse desempenho, assim como nossos acionistas, que apoiaram incondicionalmente a Renova Energia em todos os momentos, e nossos parceiros Banco Santander e General Electric, que acreditaram desde o início na viabilidade do nosso projeto.

A Renova Energia segue confiante no desenvolvimento de suas atividades e envidando seus melhores esforços para tornar-se cada vez mais uma referência em geração de energia limpa de forma sustentável, ratificando o seu compromisso de gerar mais energia renovável para o Brasil.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008			2009	2008	2009	2008
Circulante						Circulante					
Disponibilidades	5	41.238	5.217	41.475	6.811	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	5.964	4.027
Contas a receber de clientes	6	-	-	3.903	3.862	Encargos sobre empréstimos	14	-	-	5.888	-
Imposto a recuperar	7	445	328	477	620	Fornecedores	13	1.408	3.251	1.968	7.283
Adiantamentos a fornecedores		274	301	659	547	Impostos e contribuições sociais a recolher	15	366	413	620	911
Despesas antecipadas		-	-	387	340	Salários e férias a pagar		478	543	478	543
Cauções e depósitos vinculados	9	55	55	55	-	Outras contas a pagar		73	-	516	83
Outros créditos		1.608	64	72	136			2.325	4.207	15.434	12.847
		<u>43.620</u>	<u>5.965</u>	<u>47.028</u>	<u>12.316</u>						
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	14	-	-	131.935	141.206
Partes relacionadas	8	40	7.347	40	-	Debêntures	16	-	-	-	78.219
Títulos de capitalização		-	-	25	25	Partes relacionadas	8	3.994	4.287	-	-
Cauções e depósitos vinculados	9	197	-	13.077	10.845	Provisão para passivo a descoberto - Enerbras	11	-	3.741	-	-
Outros créditos		-	-	-	-	Deságio na aquisição de investimentos		-	-	6.419	6.419
		237	7.347	13.142	10.870			3.994	8.028	138.354	225.844
		<u>74.358</u>	<u>(6.419)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>						
Investimentos	10	60	60	70	70	Patrimônio líquido	17				
Outros investimentos						Capital social		46.536	34.343	46.536	34.343
Imobilizado	11	3.765	2.789	202.433	205.597	Reservas de capital		119.272	-	119.272	-
Intangível	12	23.224	11.510	30.060	18.855	Prejuízos acumulados		(26.863)	(25.326)	(26.863)	(25.326)
		101.407	7.940	232.563	224.522			138.945	9.017	138.945	9.017
		<u>145.264</u>	<u>21.252</u>	<u>292.733</u>	<u>247.708</u>			<u>145.264</u>	<u>21.252</u>	<u>292.733</u>	<u>247.708</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Receita operacional bruta					
Suprimento de energia elétrica		-	-	35.032	15.970
Deduções					
Impostos e contribuições sobre a receita		-	-	(1.279)	(603)
Receita operacional líquida	18	-	-	33.753	15.367
Custo do serviço de energia elétrica e custo de operação	19	-	-	(11.542)	(5.701)
Depreciação e amortização		-	-	(6.955)	(3.502)
Custo de operação		-	-	(2.982)	(1.572)
Encargos de uso do sistema de distribuição		-	-	(1.605)	(627)
Lucro operacional bruto				22.211	9.666
Despesas operacionais	19	(6.432)	(11.625)	(7.521)	(13.039)
Outras receitas operacionais		-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas		(6.289)	(11.489)	(7.371)	(12.902)
Despesas tributárias		(16)	(63)	(16)	(64)
Depreciações e amortizações		(127)	(73)	(134)	(73)
Resultado do serviço		<u>(6.432)</u>	<u>(11.625)</u>	<u>14.690</u>	<u>(3.373)</u>
Resultado das participações societárias		3.053	(14.831)	-	-
Despesas financeiras		(208)	(569)	(18.812)	(24.112)
Receitas financeiras		2.049	2.240	4.066	3.616
Resultado financeiro líquido	20	<u>1.841</u>	<u>1.671</u>	<u>(14.746)</u>	<u>(20.496)</u>
Prejuízo operacional		(1.538)	(24.785)	(56)	(23.869)
Outras receitas		1	18	1	18
Outras despesas		-	(96)	-	(96)
Prejuízo antes do imposto de renda, e da contribuição social		(1.537)	(24.863)	(55)	(23.947)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-	(1.482)	(916)
Prejuízo do exercício		<u>(1.537)</u>	<u>(24.863)</u>	<u>(1.537)</u>	<u>(24.863)</u>
Prejuízo por lote de mil ações - R\$		<u>(1,42)</u>	<u>(31,00)</u>	<u>(1,42)</u>	<u>(31,00)</u>
Quantidade de ações ao final do exercício		<u>1.086</u>	<u>802</u>	<u>1.086</u>	<u>802</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Receitas					
Suprimento de energia elétrica	18	-	-	33.753	15.366
Resultados não operacionais		-	(78)	-	(78)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui PIS e COFINS)					
Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados		-	-	(4.587)	(2.199)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(2.803)	(6.017)	(3.336)	(6.969)
Valor adicionado bruto		<u>(2.803)</u>	<u>(6.095)</u>	<u>25.830</u>	<u>6.120</u>
Depreciação, amortização e exaustão		<u>(127)</u>	<u>(73)</u>	<u>(7.089)</u>	<u>(3.580)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>(2.930)</u>	<u>(6.168)</u>	<u>18.741</u>	<u>2.540</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial - Minoritários		3.053	(14.831)	-	-
Receitas financeiras		2.049	2.240	4.357	4.015
		<u>2.172</u>	<u>(18.759)</u>	<u>23.098</u>	<u>6.555</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>2.172</u>	<u>(18.759)</u>	<u>23.098</u>	<u>6.555</u>
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
Remuneração direta		1.147	2.131	1.147	2.131
Honorários da diretoria		729	1.594	729	1.594
Benefícios		112	160	112	160
FGTS		102	195	102	195
Outros		5	3	5	3
Tributos					
Federais		414	940	2.005	2.019
Estaduais		3	53	3	53
Municipais		12	10	12	11
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		-	-	16.300	22.728
Aluguéis		977	449	1.529	885
Outros		208	569	2.691	1.639
Prejuízo do exercício		<u>(1.537)</u>	<u>(24.863)</u>	<u>(1.537)</u>	<u>(24.863)</u>
		<u>2.172</u>	<u>(18.759)</u>	<u>23.098</u>	<u>6.555</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (Valores em milhares de Reais exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Renova Energia S.A. ("Renova" ou "Companhia" ou "Controladora"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 06 de dezembro de 2006. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental e participação no capital social de outras sociedades. As participações diretas e indiretas são as seguintes:

Companhia	Consolidação	% Participação			
		31/12/2009		31/12/2008	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	Integral	100		100	
Energética Serra da Prata S.A. (*)	Integral na Enerbras		99,99		99,99
Bahia Eólica Participações S.A. (**)	Integral	100			
Centrais Eólicas Ametista Ltda. (**)	Integral na Bahia Eólica		99		99
Centrais Eólicas Araças Ltda. (**)	Integral na Bahia Eólica		99		99
Centrais Eólicas Caetitê Ltda. (**)	Integral na Bahia Eólica		99		99
Centrais Eólicas Espigão Ltda. (**)	Integral na Bahia Eólica		99		99
Centrais Eólicas Reconcavo Ltda. (**)	Integral na Bahia Eólica		99		99
Centrais Eólicas São Salvador Ltda. (**)	Integral na Bahia Eólica		99		99
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda. (**)	Integral na Bahia Eólica		99		99
Renova Eólica Participações S.A. (**)	Integral		100		
Centrais Eólicas Alvorada Ltda. (**)	Integral na Renova Eólica		99		99
Centrais Eólicas Candiba Ltda. (**)	Integral na Renova Eólica		99		99
Centrais Eólicas Guanambi Ltda. (**)	Integral na Renova Eólica		99		99
Centrais Eólicas Guirapá Ltda. (**)	Integral na Renova Eólica		99		99
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda. (**)	Integral na Renova Eólica		99		99
Centrais Eólicas Pindai Ltda. (**)	Integral na Renova Eólica		99		99

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(1.537)	(24.863)	(1.537)	(24.863)
Ajustes por:					
Atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		127	73	7.089	3.580
Encargos sobre mútuo		(34)	(114)	(47)	(104)
Baixas de intangíveis	12	1.711	-	1.711	-
Juros sobre debêntures		-	-	3.247	14.295
Juros sobre empréstimo		-	-	12.229	8.316
Redução da provisão para o passivo a descoberto Enerbras		(3.741)	-	-	-
Resultado das participações societárias		(3.053)	14.831	-	-
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes		-	-	(42)	(3.861)
(Aumento) redução em impostos a recuperar		(117)	(318)	144	(285)
(Aumento) redução em despesas antecipadas		-	-	(49)	(339)
(Aumento) em cauções e depósitos vinculados		(197)	-	(197)	-
Aumento (redução) em fornecedores		(1.819)	3.005	(5.315)	538
Aumento (redução) em impostos e contrib. sociais a recolher		(22)	355	(242)	656
Aumento (redução) em outras contas		(1.561)	260	216	422
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais		<u>(10.243)</u>	<u>(6.771)</u>	<u>17.207</u>	<u>(1.645)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações em investimento		(77.723)	-	-	-
Aplicações em outros investimentos		-	(60)	-	(70)
Adições ao ativo imobilizado	11.2	(1.104)	(2.748)	(2.487)	(40.089)
Adições ao ativo intangível		(13.424)	(10.438)	(14.354)	1.201
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos		<u>(92.251)</u>	<u>(13.246)</u>	<u>(16.841)</u>	<u>(38.958)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Integralização de capital		12.194	30.000	12.194	30.000
Reserva de ágio de ações da Renova (Redução) depósitos vinculados		119.272	-	119.272	-
Aumento de financiamentos/empréstimos - curto prazo		-	-	-	(539)
Aumento de financiamentos/empréstimos - longo prazo		-	-	-	13.637
(Cancelamento) Emissão de debêntures		-	-	(81.466)	10.000
Pagamentos de empréstimos/debêntures		-	-	(3.995)	-
Juros pagos por empréstimos		-	-	(9.680)	-
Aumento (redução) nos mútuos		<u>7.049</u>	<u>(6.874)</u>	<u>7</u>	<u>95</u>
Mútuo com Partes Relacionadas - Ingresso		15.638	11.337	29.179	30.320
Mútuo com Partes Relacionadas - Pagamento		(5.273)	(1.180)	(16.737)	(13.008)
Mútuo com Partes Relacionadas		(3.316)	(17.031)	(12.435)	(17.217)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos		<u>138.515</u>	<u>23.071</u>	<u>34.298</u>	<u>42.293</u>
Aumento nas disponibilidades		<u>36.021</u>	<u>3.054</u>	<u>34.664</u>	<u>1.690</u>
Demonstração do aumento nas disponibilidades					
No início do exercício		5.217	2.163	6.811	5.121
No fim do exercício		<u>41.238</u>	<u>5.217</u>	<u>41.475</u>	<u>6.811</u>
		<u>36.021</u>	<u>3.054</u>	<u>34.664</u>	<u>1.690</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total

tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente. Em 30 de junho de 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrados com a - Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. A receita anual estimada é de aproximadamente R\$ 35,6 milhões (*) por ano, corrigida pelo IGP-M desde junho de 2004. O período de concessão da Espra é de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia participou do Leilão nº 03/2009-ANEEL, referente à contratação de Energia de Reserva proveniente exclusivamente de fonte eólica, conforme Portarias MME nº 147/2009 e nº 211/2009. Tendo-se comprometido a comercializar 270MW de capacidade instalada (127 MW médios), proveniente de 14 parques eólicos localizados no Estado da Bahia. Tais parques já estão em implantação e devem entrar em operação comercial até julho de 2012. A partir do início da operação comercial, os referidos parques eólicos deverão gerar receita anual estimada de R\$ 162 milhões (*), corrigida pelo IPCA desde dezembro de 2009. Em 04 de dezembro de 2009, foi celebrado com a BHA do Brasil Ltda. e com a General Electric International, Inc., "Memorandum of Understanding for the Sale of Power Generation Equipment and Related Services Including Transportation and Erection" (Memorando de Entendimentos para a Venda de Equipamento de Geração de Energia e Respetivos Serviços de Transporte e Comissionamento). Esse documento disciplinou os princípios e as regras gerais para o fornecimento de 180 aerogeradores, de 1,5MW cada, e respectivos serviços de transporte e comissionamento. Esse fornecimento será objeto de contratos definitivos, a serem celebrados oportunamente. (*) Não auditado pelos auditores independentes.

1.1 - Reorganização societária: Em 29 de maio de 2009, as Assembléias Gerais Extraordinárias da Companhia (conforme fato relevante divulgado ao mercado em 31 de maio de 2009) e da RRI Participações S.A. ("RRI") aprovaram reorganização societária que consistiu nos seguintes eventos: (i) incorporação da RRI pela Renova Energia S.A.; e (ii) aumento de capital da Companhia, por meio da capitalização de debêntures e aporte de capital pela Hourtin Holdings S.A. (i) Incorporação da RRI Participações S.A.: Por meio das reuniões de Conselho de Administração e das Assembléias Gerais Extraordinárias ocorridas em 29 de maio de 2009, os Conselhos de Administração e os acionistas da Companhia e da RRI aprovaram ou ratificaram, conforme o caso, a celebração do Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação ("Protocolo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da incorporação da RRI pela Companhia, com a consequente extinção da RRI, nos termos do art. 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76" e "Incorporação"). (ii) Aumento de capital da Renova Energia S.A.: Nesta mesma data, em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em montante equivalente a R\$ 12.193, mediante a emissão de 284.616 novas ações ordinárias nominativas (nota 17 a) pelo preço de emissão total de R\$ 13.465. Essas novas ações foram totalmente subscritas pela Hourtin Holdings S.A. ("Hourtin") e integralizadas da seguinte forma: (i) parcela de R\$ 81.465 foi integralizada por meio da conferência de debêntures de emissão da Enerbras, conforme laudo preparado especificamente para este fim; e (ii) parcela de R\$ 50.000 foi integralizada em dinheiro. Foi apurado um ágio na emissão das novas ações no montante de R\$ 119.272, que foi registrado na conta de reserva de ágio da Companhia (nota 17 b). Anteriormente à reorganização societária acima descrita, o acionista controlador da Companhia era a RRI Participações S.A., sendo que, como resultado da incorporação da RRI pela Renova, a RR Participações S.A., acionista da RRI anteriormente à sua incorporação pela Renova, passou a deter 67,81% das ações ordinárias de emissão da Renova. Além disso, o Infrabasil Fundo de Investimento em Participações, anteriormente titular de 8,10% das ações ordinárias de emissão da RRI, passou a deter 99,99% da companhia Hourtin, que, por sua vez, atualmente detém 32,17% das ações ordinárias de emissão da Renova. O restante das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, representando 0,02%, está em poder dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

1.2 - Constituição de novas empresas: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2009, a Companhia aprovou a constituição de 03 subsidiárias: (i) Renova Eólicas Participações S.A.; (ii) Bahia Eólica Participações S.A. e (iii) Salvador Eólica Participações S.A. Essas companhias terão como principal objetivo atuar na área de energias renováveis eólicas. A Companhia Bahia Eólicas Participações S.A., tem as seguintes subsidiárias diretas: (i) Centrais Eólicas dos Araçás Ltda.; (ii) Centrais Eólicas Ametista Ltda.; (iii) Centrais Eólicas Caetitê Ltda.; (iv) Centrais Eólicas Espição Ltda.; (v) Centrais Eólicas Recôncavo Ltda.; (vi) Centrais Eólicas São Salvador Ltda.; e (vii) Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda. A Companhia Renova Eólicas Participações S.A., tem as seguintes subsidiárias diretas: (i) Centrais Eólicas dos Alvorada Ltda.; (ii) Centrais Eólicas Candiba Ltda.; (iii) Centrais Eólicas Guanambi Ltda.; (iv) Centrais Eólicas Guirapa Ltda.; (v) Centrais Eólicas Lincio de Almeida Ltda.; (vi) Centrais Pindai Ltda.; (vii) Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.; e (viii) Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda. A Companhia Salvador Eólicas Participações S.A., tem as seguintes subsidiárias diretas: (i) Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.; (ii) Centrais Eólicas da Prata Ltda.; (iii) Centrais Eólicas Igaporã Ltda.; (iv) Centrais Eólicas Ilheus Ltda.; (v) Centrais Nossa Senhora da Conceição Ltda.; (vi) Centrais Pajeú do Vento Ltda.; e (vii) Centrais Eólicas Planaltina Ltda.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, divulgada para fins de comparação, contém algumas reclassificações em relação àquela anteriormente publicada para fins de uma melhor apresentação. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu em Reunião de Diretoria realizada em 15 de janeiro de 2010.

3. Resumo das principais práticas contábeis: A Companhia adotou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007 ("Lei nº 11.638/07"), com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei nº 11.941/09"), com data de transição em 1º de janeiro de 2007. A Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Nenhum ajuste patrimonial foi identificado em decorrência da adoção da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09. Um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia considerando a legislação acima referida e os respectivos normativos contábeis em vigor ao final de cada um dos exercícios ora apresentados, é fornecido a seguir:

a. Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b. Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos, financiamentos, assim como outras contas a pagar.

• Instrumentos mantidos até o vencimento: Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instru-

mentos disponíveis para venda: Os investimentos da Companhia em ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

d. Ativo circulante e não circulante:

• Contas a receber: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia revisa periodicamente a necessidade de constituição da rubrica de provisão de créditos para liquidação duvidosa. A administração não identificou qualquer evidência que justifique a necessidade de constituição de provisão em 31 de dezembro de 2009.

• Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem o saldo em caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras sendo que estas estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• Demais ativos circulantes e não circulantes: São apresentados ao valor líquido de realização.

e. Permanente:

• Imobilizado: Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11. Nossas taxas de depreciações estão de acordo com as resoluções da ANEEL nº 02, de 24 de novembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999. Os encargos financeiros dos financiamentos contratados na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados.

• Ativos intangíveis: Os ativos intangíveis compreendem os ativos gerados internamente pela Companhia. (i) Os seguintes critérios são aplicados: Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos: • Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponível para uso ou venda; • Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Capacidade para usar ou vender o ativo intangível; • Demonstrar a existência de mercado ou outras formas de auferir benefícios econômicos; • Disponibilidade de recursos técnicos financeiros; e • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

ii. **Amortização:** Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo prazo de 60 meses. Parte dos ativos intangíveis é composto de projetos em desenvolvimento, portanto ainda não sujeitos a amortização (Nota 12).

iii. **Diferido:** O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais da controlada Espra. Esses ativos são amortizados linearmente pelo período de 5 anos. Conforme permitido pela legislação, a Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização. Após 31 de dezembro de 2008 todos os gastos pré-operacionais devem ser registrados diretamente nos resultados.

iv. **Redução ao valor recuperável:** O ativo imobilizado bem como o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não identificou qualquer evidência que justifique a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2009.

e. Passivo circulante e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

i. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

ii. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o

lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia possui regime de tributação pelo lucro real, que apurou prejuízo fiscal acumulado. O imposto apresentado na posição consolidada refere-se à controlada Espra que foi apurado com base no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. (Base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social respectivamente, adicionada a este valor de apuração as outras receitas financeiras). A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

4. Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, conforme alterada, abrangendo a Renova e suas controladas (conforme descrito na nota 1). Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas companhias do grupo.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Caixa	3	3	15	10
Bancos conta movimento	1.177	45	1.402	1.632
Aplicações financeiras	40.058	5.169	40.058	5.169
Total	41.238	5.217	41.475	6.811

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de renda fixa, remunerados a taxa de 100,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Contas a receber de clientes e outros créditos (Consolidado):

	Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008
Clientes	3.903	3.862

Corresponde a valores a receber da venda de energia gerada pela controlada indireta Espra, referente às PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2. Os saldos em 31 de dezembro são compostos por valores a vencer, exclusivamente do nosso contrato com a Eletrobras, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

7. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
IRRF sobre aplicação Financeira	435	325	435	325
PIS a compensar	9	-	25	39
COFINS	-	2	13	181
Contribuição social a compensar	-	1	3	2
IRRF a compensar	1	-	1	73
ISS retido na fonte a compensar	-	-	-	-
Total	445	328	477	620

8. Transações com partes relacionadas:

	Ativo		Passivo		Resultado do período findo em 31/12/2009
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	
Espra	-	7.347	3.994	-	136
Enerbras	-	-	-	4.287	(100)
RR	37	-	-	-	1
Bahia Eólica	1	-	-	-	-
Salvador Eólica	1	-	-	-	-
Renova Eólica	1	-	-	-	-
Total	40	7.347	3.994	4.287	37

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, controladas ou outras partes relacionadas.

a) Contas a receber e a pagar: (i) Contas a receber: RR - Corresponde a mútuo realizado para suprir as necessidades de caixa. (ii) Contas a pagar: Correspondem a valores a pagar à controlada indireta Espra. Esses mútuos foram realizados para suprir as necessidades de caixa. Para ambos (a receber e a pagar), o prazo de vencimento é 31 de dezembro de 2013 e o valor devido está sujeito a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,5% a.a., os quais não serão capitalizados. Os contratos de mútuos foram protocolados na ANEEL.

b) Remuneração dos administradores: A remuneração do pessoal chave da Administração no período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2009, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$ 2.321, valor composto somente por benefícios de curto prazo.

9. Cauções e depósitos vinculados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Circulante	55	55	-	-
Não circulante	197	-	13.077	10.845
Total	252	55	13.132	10.845

O saldo de R\$13.077 em 31 de dezembro de 2009 refere-se à aplicação financeira em fundo de renda fixa denominada de "fundo de liquidez em conta reserva" junto ao Banco do Nordeste S.A., cujo objetivo é garantir o financiamento obtido para a construção das PCH's da controlada Espra.

11. Ativo Imobilizado: 11.1 Controladora:

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2009		31/12/2008	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Geração					
Terrenos		2.137	-	2.137	1.388
		2.137	-	2.137	1.388
Administração					
Máquinas e equipamentos	10%	537	(80)	457	511
Benfeitorias	10%	480	(33)	447	466
Móveis e utensílios	10%	327	(36)	291	300
Softwares	20%	289	-	289	-
Computadores e periféricos	20%	190	(52)	138	118
Veículos	20%	6	-	6	6
		1.829	(201)	1.628	1.401
Total do Imobilizado em serviço		3.966	(201)	3.765	2.789
Total imobilizado		3.966	(201)	3.765	2.789

11.2 - Movimentações do custo (Controladora)

	31/12/2009	Transferência para Imobilizado em		31/12/2009
		Adições	Baixas	
Imobilizado em serviço				
Geração				
Terrenos	1.388	749	-	2.137
Administração				
Máquinas e equipamentos	511	-	(54)	457
Benfeitorias	466	2	(21)	447
Móveis e utensílios	300	15	(24)	291
Softwares	-	289	-	289
Computadores e periféricos	118	48	(28)	138
Veículos	6	-	-	6
	2.789	1.103	(127)	3.765
Total do imobilizado em serviço	2.789	1.103	(127)	3.765
Total do imobilizado	2.789	1.103	(127)	3.765
Total líquido	2.789	1.103	(127)	3.765

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Esta aplicação não poderá ser movimentada até o prazo final do financiamento, que ocorrerá em 2026. Esta aplicação é remunerada pelo CDI alcançando 97,0% da sua variação, cujos saldos ao final dos períodos já se encontram valorizados a mercado.				
10. Investimentos: Movimentação do investimento				
Saldo em 31 de dezembro de 2008			-	-
Adições			71.305	3.053
Equivalência patrimonial			3.053	74.358
Saldo em 31 de dezembro de 2009			74.358	74.358
Composição do investimento em 31/12/2009				
Investimentos			80.777	(6.419)
Deságio			-	-

O patrimônio líquido da Enerbras em 31 de dezembro é de R\$ 80.777. O lucro do período é de R\$ 3.053 e o capital social é de R\$46.636, composto por 5.170.101 ações, sendo 4.337.536 ações ordinárias, 832.562 ações preferenciais classe B e 3 ações preferenciais classe A. O valor do deságio na aquisição é proveniente da transferência das ações, em 22 de dezembro de 2006, da Enerbras para a Renova. Da totalidade das ações que compõem o capital social da Enerbras, 83,90% foram transferidas com deságio de R\$4.079, que estavam em poder de seus ex-acionistas Ricardo Delneri e Renato Amaral e as restantes, equivalentes a 16,10% das ações de emissão da Enerbras, foram transferidas em 10 de setembro de 2007 com deságio de R\$2.340, que estavam em poder das Companhias Hidráulica Industrial S.A. Ind. e Comércio, Intertechene Consultores Associados S/C Ltda., e Odebrech Investimentos em Infra Estrutura Ltda., totalizando R\$ 6.419.

11.3 Consolidado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2009			31/12/2008	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Imobilizado em serviço						
Geração						
Terrenos		2.741	-	2.741	1.992	
Reservatórios, barragens e adutoras	3%	96.771	(3.302)	93.469	92.435	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	42.716	(2.095)	40.621	44.547	
Máquinas e equipamentos	4%	66.533	(2.778)	63.755	65.105	
Móveis e utensílios	10%	87	(10)	77	-	
Computadores e periféricos	20%	4	-	4	72	
Outros	20%	10	(1)	9	-	
Softwares	20%	87	-	87	-	
		<u>208.949</u>	<u>(8.186)</u>	<u>200.763</u>	<u>204.151</u>	
Administração						
Máquinas e equipamentos	10%	545	(82)	463	518	
Benfeitorias	10%	480	(33)	447	466	
Móveis e utensílios	10%	365	(46)	319	328	
Softwares	20%	289	-	289	-	
Computadores e periféricos	20%	205	(59)	146	128	
Veículos	20%	6	-	6	6	
		<u>1.890</u>	<u>(220)</u>	<u>1.670</u>	<u>1.446</u>	
Total imobilizado		<u>210.839</u>	<u>(8.406)</u>	<u>202.433</u>	<u>205.597</u>	

11.4 Movimentação imobilizado (Consolidado)

	31/12/2008	Adições	Reclassificação entre rubricas	Alocação Intangível	Depreciações	31/12/2009
Imobilizado em serviço						
Geração						
Terrenos	1.992	749	-	-	-	2.741
Reservatórios, barragens e adutoras	92.435	-	3.278	-	(2.244)	93.469
Edificações, obras civis e benfeitorias	44.547	299	(3.285)	455	(1.395)	40.621
Máquinas e equipamentos	65.105	360	7	152	(1.870)	63.755
Móveis e utensílios	-	11	73	-	(7)	77
Computadores e periféricos	72	5	(73)	-	-	4
Outros	-	10	-	-	(1)	9
Softwares	-	87	-	-	-	87
	<u>204.151</u>	<u>1.521</u>	<u>-</u>	<u>608</u>	<u>(5.517)</u>	<u>200.764</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	518	-	-	-	(55)	463
Benfeitorias	466	2	-	-	(21)	447
Móveis e utensílios	328	19	-	-	(28)	319
Softwares	-	316	-	-	(27)	289
Computadores e periféricos	128	21	-	-	(3)	146
Veículos	6	-	-	-	-	6
	<u>1.446</u>	<u>358</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(134)</u>	<u>1.670</u>
Total do imobilizado	<u>205.597</u>	<u>1.879</u>	<u>-</u>	<u>608</u>	<u>(5.651)</u>	<u>202.433</u>

As imobilizações em serviço estão divididas em dois grupos: (I) geração: composto basicamente de ativos do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata, pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2; (II) administração: composto pelos ativos utilizados no escritório da administração da Espra e da controladora, e de máquinas utilizadas em testes nos parques eólicos. Em novembro de 2008, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 190, de 12 de dezembro de 2005, foi concluído o processo de unificação dos bens imobilizados em serviço do complexo Hidroelétrico Serra da Prata. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A ANEEL, através do ofício 459/2001- SFF/ANEEL, de 26 de junho de 2001, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures. (Nota 14.1). A depreciação dos ativos do complexo Hidroelétrico Serra da Prata foi calculada de acordo com o Manual de Contabilidade e Serviço Público de Energia Elétrica, de acordo com a Portaria nº 815, de 30 de novembro de 1994, do DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) e resolução ANEEL nº 240, de 2006.

12. Intangível:

	Controladora			
	31/12/2008	Adição	Baixas	31/12/2009
Intangível				
Intangível em curso				
Projeto Básico e Inventários - PCH	10.127	11.401	(1.711)	19.817
Parques Eólicos	1.383	3.560	-	4.943
Total intangível	<u>11.510</u>	<u>14.961</u>	<u>(1.711)</u>	<u>24.760</u>

O intangível é composto de projetos hídricos, constituindo-se de projetos básicos e inventários que já possuem autorização da ANEEL, e de projetos de parques eólicos. Em 30 de setembro de 2009, a Companhia transferiu uma parcela de seu intangível no valor de R\$ 1.536, referente aos investimentos em desenvolvimentos de projetos em parques eólicos, para 07 empresas do grupo (Centrais Eólicas dos Araças, Ametista, Caetité, Espigão, Recôncavo, São Salvador e Ventos do Nordeste), conforme mencionado na nota 1.1, no valor de R\$219 cada a título de cessão de direito. Estas cessões de direitos foram autorizadas pela ANEEL. Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia revisou o seu ativo intangível e efetuou uma baixa no valor de R\$1.711 referente a projetos básicos e inventários descontinuados.

	Consolidado					
	31/12/2008	Adição	Baixa	Transf. imobilizado	Amortização	31/12/2009
Intangível						
Intangível em curso						
Projeto Básico e Inventários - PCH	10.127	11.401	(1.711)	-	-	19.817
Parques Eólicos	1.383	3.560	-	-	-	4.943
	<u>11.510</u>	<u>14.961</u>	<u>(1.711)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.760</u>
Intangível						
Intangível em Serviço	7.345	-	-	(608)	(1.438)	5.299
	<u>7.345</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(608)</u>	<u>(1.438)</u>	<u>5.299</u>
Total intangível	<u>18.855</u>	<u>14.961</u>	<u>(1.711)</u>	<u>(608)</u>	<u>(1.438)</u>	<u>30.059</u>

O consolidado está composto pelos gastos pré-operacionais da controladora indireta Espra, no montante de R\$ 5.299 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 7.345 em 31 de dezembro de 2008). Esses gastos incluem, basicamente, assessoria jurídica, alugueis e seguros que foram diferidos na fase de construção das PCHs de Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2 e estão sendo amortizados linearmente pelo prazo de 60 meses. Esses valores anteriormente estavam registrados na rubrica de ativo diferido.

13. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Fornecedores	1.408	3.251	1.968	7.283
Total	<u>1.408</u>	<u>3.251</u>	<u>1.968</u>	<u>7.283</u>

Os fornecedores da Controladora são formados principalmente por prestadores de serviços e fornecedores de material para os projetos que estão sendo desenvolvidos. No consolidado, incluem-se, ainda, valores gastos com manutenção e custos de operação da controladora Espra.

14. Empréstimos e financiamentos (Consolidado):

	31/12/2009				31/12/2008			
	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal
Moeda								
Nacional								
IFC - 100,00%								
ABN CDI + AMRO 2,5%								
Real S.A. a.a. 5.857	1.680	15.117	-	3.307	-	16.796	-	-
FNE - Banco do Nordeste do Brasil a.a. S.A.	31	4.284	116.818	32	-	3.995	121.103	-
Total	<u>5.888</u>	<u>5.964</u>	<u>131.935</u>	<u>32</u>	<u>3.307</u>	<u>3.995</u>	<u>137.899</u>	<u>-</u>

14.1 Informações adicionais sobre o serviço da dívida: 1) ABN Amro

Real S.A. - Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com ABN Amro Real S.A., com interveniência da Companhia, com último aditamento celebrado em 07 de novembro de 2007. O saldo devedor principal atualizado tem montante equivalente a R\$16.796, com taxa de juros de 2,5% a.a. mais atualização de 100% do CDI, exigíveis semestralmente no último dia dos meses de janeiro e julho, sendo a parcela final devida em 24 de maio de 2014. 2) Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Contrato de financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., aprovado pelo decreto nº 6.367, de 30 de Janeiro de 2008, com interveniência da Enerbras e dos seus controladores, em 30 de junho de 2006, no montante total de R\$122.138, com juros de 9,5% a.a., exigíveis trimestralmente no dia 30 de cada mês no período compreendido entre 30 de junho de 2006 a 30 de junho de 2008, a partir de então, mensalmente no dia 30 de cada mês. Como garantias a este financiamento foram concedidos: • fiança bancária, no valor de R\$ 63 mil, correspondente a 50% do valor do financiamento; • hipoteca de primeiro grau dos imóveis com todas as instalações existentes na: (i) imóvel rural PCH - Cachoeira da Lixa, situado no município de Jucuruçu (BA); (ii) imóvel rural PCH Colino 1 - D, E, F, situado no município de Vereda (BA);

e (iii) Fazenda Entorno PCH - Colino 2, situada no município de Vereda (BA); • Penhor de ações, celebrado nos termos dos artigos 1.419 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.405/2002) e art. 39 da Lei nº 6.404/76. A controladora Enerbras, na qualidade de interveniente, oferece em penhor as ações ordinárias de emissão da Espra; • Penhor dos Direitos Emergentes das Resoluções Autorizativas, celebrado em conformidade com os artigos 1.431 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) e conforme permitido o parágrafo 1º do artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, a controladora Espra dá em penhor ao BNB: (a) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Espra, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis e das seguintes Resoluções Autorizativas: (i) PCH Cachoeira da Lixa: Resolução Autorizativa nº 697, de 24 de dezembro de 2003; (ii) PCH Colino 1: Resolução Autorizativa nº 703, de 24 de dezembro de 2003; e (iii) PCH Colino 2: Resolução Autorizativa nº 695, de 24 de dezembro de 2003, posteriormente alteradas pelas Resoluções nºs 427, 425 e 426, todas de 24 de dezembro de 2004, e pelas Disposições SCG/ANEEL nºs 591 e 588, de 20 de março de 2006, e nº 529, de 15 de março de 2006, respectivamente, incluindo, mas não se limitando a todas as indenizações pela revogação ou extinção da autorização; e (b) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e das seguintes Resoluções Autorizativas: (i) PCH Cachoeira da Lixa: Resolução Autorizativa nº 697, de 24 de dezembro de 2003; (ii) PCH Colino 1: Resolução Autorizativa nº 703, de 24 de dezembro de 2003; (iii) PCH Colino 2: Resolução Autorizativa nº 695, de 24 de dezembro de 2003, com suas alterações mencionadas no item 'a', e dos Contratos de Compra e Venda de Energia: CT-PROINFA/PCH-MRE nº 032/2004 (PCH Cachoeira da Lixa); CT-PROINFA/PCH-MRE nº 033/2004 (PCH Colino 1) e CT-PROINFA/PCH-MRE nº 034/2004 (PCH Colino 2), celebrados entre a Espra e a ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. • Cessão e Vinculação de Receita dos contratos firmados com a ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; • Fundo de liquidez em conta reserva (Nota 9); e • Seguro garantia para conclusão de obra, o qual em virtude da conclusão das obras já se encontra cancelado. 14.2 Vencimentos das parcelas não circulante (principal e encargos): As parcelas classificadas no Passivo Não Circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2009	31/12/2008
Ano de Vencimento:		
2010	-	9.271
2011	6.336	6.336
2012	7.732	7.732
2013	10.237	10.237
2014	10.996	10.996
Após 2014	96.634	96.634
Total	<u>131.935</u>	<u>141.206</u>

15. Impostos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
IRPJ a pagar	-	-	140	261
IRRF sobre folha	153	185	153	185
INSS retido de terceiros	4	106	14	159
CSLL a pagar	-	-	35	101
IRRF a recolher	17	64	20	88
PIS, COFINS e CSLL	43	38	47	40
IOF a recolher	11	-	16	35
ISS a recolher	7	1	63	23
FGTS a recolher	25	18	25	18
ICMS a Recolher	-	1	1	1
INSS a recolher	106	-	106	-
Total	<u>366</u>	<u>413</u>	<u>620</u>	<u>911</u>

16. Debêntures (Consolidado): 31/12/2009

	Custo da Dívida	31/12/2009		31/12/2008	
		Encargos Não Circulante	Principal Circulante	Encargos Não Circulante	Principal Circulante
Debêntures - Emissão privada 12,5% a.a. +IGP-M	-	-	-	10.448	67.771
Total	-	-	-	<u>10.448</u>	<u>67.771</u>

As debêntures foram integralizadas através de emissão privada 1.153 debêntures (953 debêntures até 31 de dezembro de 2007), com valor nominal unitário mencionado acima para cada série, totalizando R\$ 78.219. Em 29 de maio de 2009 houve o cancelamento das debêntures conforme detalhado na Nota 1.1. Além do valor nominal, as debêntures foram emitidas com prêmio de emissão unitário de R\$ 32.875, perfazendo o prêmio de emissão total de R\$ 17.588 que foram registrados no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital na controladora Enerbras, sendo o efeito eliminado no consolidado.

17. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da companhia é de R\$ 46.536 perfazendo o total de 1.086 mil ações. **b. Reserva de ágio na emissão das ações:** A companhia possui reserva de ágio na emissão das ações no valor de R\$119.272 conforme previsto no inciso I parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76. (Nota 1.1).

18. Receita Operacional Líquida (Consolidado):

	MWh(*)		R\$	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Suprimento de Energia Elétrica	224.434	101.403	35.032	15.970
(-) Deduções da Receita	-	-	(1.279)	(603)
COFINS	-	-	(1.051)	(496)
PIS	-	-	(228)	(107)
Total	<u>224.434</u>	<u>101.403</u>	<u>33.753</u>	<u>15.367</u>

(*) Valores não auditados

19. Gastos Operacionais:

	Controladora				
	2009		2008		
Gerenciáveis	Despesas Operacionais Gerais e				
	Administrativas		Outras		
	Total		Total		
	Pessoal, Administradores	2.527	-	2.527	5.025
	Serviços de Terceiros	1.634	-	1.634	4.661
	Aluguéis	977	-	977	449
	Viagens	533	-	533	132
	Depreciação	127	-	127	73
	Provisão para contingência	-	59	59	-
	Outras	575	-	575	1.285
Total	<u>6.373</u>	<u>59</u>	<u>6.432</u>	<u>11.625</u>	

	Consolidado				
	2009		2008		
Não Gerenciáveis	Despesas Operacionais Gerais e				
	Administrativas		Outras		
	Total		Total		
	TUSD	1.605	-	1.605	627
	Taxa de Fiscalização	99	-	99	-
	Total	<u>1.704</u>	<u>-</u>	<u>1.704</u>	<u>627</u>
	Gerenciáveis	Pessoal, Administr.		2.527	
		Serviços de Terceiros		1.635	
		Aluguéis		1.529	
		Viagens		533	
Depreciação		134			
Provisão para Contingência		59			
Outras		1.104			
Total		7.462			
Total		59			
Total		18.113			

20. Resultado Financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Receitas Financeiras				
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.828	1.667	3.016	2.387
Juros de debêntures	-	-	825	117
Juros Recebidos	177	572	182	619
Descontos Obtidos	42			

acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: Numerário disponível, Aplicações financeiras, Contas a receber - Clientes, Fornecedores e Cauções e depósitos vinculados - estão apresentados ao seu valor contábil que equivale ao seu valor de mercado. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNB são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado e estão contabilizados pelo custo amortizado, e correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em geração de energia elétrica, indexados a taxas pré-fixadas. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao ABN Amro Real S.A. são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelo custo amortizado, correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em geração de energia elétrica, indexados a 100% do CDI e taxas pré-fixadas.

	Valor Justo		Valor Contábil	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Moeda Nacional				
IFC - ABN AMRO				
Real S.A.	23.609	20.952	22.654	20.103
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A.	121.133	125.129	121.133	125.129
Total	144.742	146.081	143.787	145.232

b. Análise de sensibilidade (consolidado): As controladas diretas e indiretas da Companhia possuem empréstimos e financiamentos em moeda nacional. No quadro a seguir foram considerados cenários de taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores, até as datas

de vencimento dessas transações. O cenário provável foi determinado a partir do plano de negócios da Companhia aprovado pela Administração com os saldos em aberto em 30 de junho. Os cenários II e III representam 25% e 50% de deterioração, respectivamente, e os cenários IV e V representam 25% e 50% de apreciação, respectivamente.

Ativo Financeiro	Risco	Provável Cenário				
		I	II	III	IV	V
Aplicação em Caução	CDI	11.001	11.215	11.429	10.787	10.573
Aplicação Financeira	CDI	40.074	40.458	40.839	39.685	39.292
Referência para Ativos Financeiros	Aumento da Taxa em		25%	50%	-25%	-50%
CDI		8,61%	10,76%	12,92%	6,46%	4,31%
Passivo Financeiro	Risco	Provável Cenário				
		I	II	III	IV	V
Empréstimos e Financiamentos	CDI	22.654	22.864	23.314	21.963	21.513
Referência para Passivos Financeiros	Aumento da Taxa em		25%	50%	-25%	-50%
CDI		8,61%	10,76%	12,92%	6,46%	4,31%

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. **c. Operações com instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercí-

cios apresentados. **d. Risco de taxa de câmbio e taxa de juros:** Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional captados pela Companhia, apresentados na nota 14, são compostos de financiamentos junto ao BNB. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esse agente, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. **e. Risco de crédito (consolidado):** As políticas de crédito adotadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas de inadimplência, por meio da adoção de um conjunto de ações e procedimentos consistentes, dentre outros, pela rigorosa análise de crédito para aprovação de inclusão de clientes em nosso cadastro ativo, bem como pela exigência de patrimônio líquido mínimo, apresentação de garantias contratuais, imposição de penalidades contratuais, inclusive multas, juros de mora e, eventualmente, rescisão contratual em caso de inadimplência.

23. Cobertura de Seguros:	31/12/2009
Usinas	179.290
Transportes (veículos)	12.000
Responsabilidade civil	228

A controlada indireta Espra mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, portanto, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são de R\$ 191.518 para geração e transmissão de energia.

Diretoria

Vasco Barcellos - Diretor Presidente e de Relação com Investidores - CPF: 010.226.297-78
Ricardo Delneri - Diretor Vice-Presidente e de Negócios - CPF: 157.602.498-94
Renato Amaral - Diretor Vice-Presidente e de Operações - CPF: 146.623.258-70

Roberto Honczar - Diretor Administrativo-Financeiro - CPF: 018.715.997-17
Ney Maron de Freitas - Diretor de Meio Ambiente e de Relações Institucionais - CPF: 405.146.175-00
Contador: Reinaldo Cardoso da Silveira - CPF 263.194.545-04 e CRC 014311-0/O-S/SP

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Renova Energia S.A.**
 São Paulo - SP

1. Examinamos balanços patrimoniais da **Renova Energia S.A.** e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: **a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e

os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; **b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Renova Energia S.A.** e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 12, a Companhia possui diversos projetos em andamento e sua controlada indireta Energética Serra da Prata S.A. (ESPPRA), iniciou durante o exercício de 2008 as operações de suas usinas PCH's. A Administração da Companhia elaborou um estudo de viabilidade econômica financeira das usinas, o qual demonstra que os resultados futuros serão suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2009 a Administração estima que nenhum ajuste seja necessário para fazer face à recuperação dos ativos.

São Paulo, 15 de janeiro de 2010.



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

Jose Luiz Ribeiro de Carvalho
 Contador CRC 1SP141128/O-2

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/99

Declaramos, na qualidade de diretores da Renova Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1511, conjunto 111, Edifício Berrini, CEP 04571-011, inscrita no CNPJ sob o nº 08.534.605/0001-74, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São Paulo, SP, 15 de janeiro de 2010.

Vasco de Freitas Barcellos Neto - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Ricardo Lopes Delneri - Diretor Vice-Presidente e de Negócios

Renato do Amaral Figueiredo - Diretor Vice-Presidente e de Operações

Roberto Honczar - Diretor Administrativo-Financeiro

Ney Maron de Freitas - Diretor de Meio Ambiente e de Relações Institucionais

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/99

Declaramos, na qualidade de diretores da Renova Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1511, conjunto 111, Edifício Berrini, CEP 04571-011, inscrita no CNPJ sob o nº 08.534.605/0001-74, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São Paulo, SP, 15 de janeiro de 2010.

Vasco de Freitas Barcellos Neto - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Ricardo Lopes Delneri - Diretor Vice-Presidente e de Negócios
Renato do Amaral Figueiredo - Diretor Vice-Presidente e de Operações
Roberto Honczar - Diretor Administrativo-Financeiro
Ney Maron de Freitas - Diretor de Meio Ambiente e de Relações Institucionais